

Pacatuba: breve memória

EDUARDO CAMPOS (*)

Guarde-se-lhe o nome. Pedro Lolo, assim chamado, de patente capitão. Dava-se por bastante cansado da vida afanosa já vivida, com trinta e três anos de muitas lutas e canseiras - como foi dizer em petição ao Capitão-mor Tomás Cabral de Olival -, “só em servir a Sua Majestade, que Deus guarde”.

Corria o ano de 1692.

Tomava-se a esses dias, declarou, da animação em povoar a Pacatuba por onde sabia demoravam terra devolutas em hora de aproveitar.

Assim queria meter nelas, além de habitar e lavrar “plantas e lavouras”, “gados com gente à sua custa pera augmentação da Capitania”. “No mesmo lugar postulada gleba de 12 léguas de comprimento e doze de largo, e a tanto, afirmou, “tomando o Bom e deixando o Roim e toda as suas varges ematas que se fez aos mais Povoadores...”.

Não era o primeiro a ambicionar as terras, principalmente o vale a se desenvolver humoso, extenso e fértil por diante da montanha. Antes o dito chão havia sido entregue a um cavalheiro de nome João Pinto Correa e a mais outras pessoas, suas amigas, todos vivendo distante dali, no Rio Grande do Norte, o que, dava para saber, em nada facilitava a intenção de ocupá-lo.

Talvez por essa circunstância, tudo ficou virgem como desde antes, e se nada havia sido feito (foi averiguar a autoridade), de acordo com as exigências de lei, que determinava: passados três anos, restava desfeito qualquer trato. No caso que se relata, a concessão se fizera para trás nove anos, em 1683.

Não se diz tudo contando assim.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

É que antes, pelo ano de 1685, grande porção de gleba reconhecidamente devoluta, em área contígua, como se depreende pela informação geográfica do documento, é concedida sesmariamente a 13 pessoas que a suplicam, tocando às partes (mais a uns do que a outros), no conjunto, na medição, trezentas e vinte e cinco léguas em quadro, tudo a começar do “Rio Choró, pela ilharga que fica pela parte de serras que vão continuar até o Rio Suiapé, que chamam atualmente O Gentio, Pacatuba e Maranguape...”

Mas tudo indica que a ocupação das terras de Pacatuba só vai começar mesmo em 1708, quando o “índio de Nação”, como mencionado por então, alcunhado Algodão, depois de lastimar-se de que os “moradores brancos se foram apossando de todas as tais terras” e correndo com todos, os primitivos habitantes, propunha, para liquidar em tempo com as dúvidas e os vexames por que certamente passava, a marcação de “nova data” de três léguas de terra, com uma de largo correndo pela banda da lagoa do Jereraú, e nessa fazendo pião, com légua e meia pela serra (serrote aliás) do Ancori, e outra légua pela Serra da Pacatuba...”

Dessa curta história em que se escondem muitas arbitrariedades contra os primeiros habitantes do lugar, ia decorrer afinal a data e sesmaria de Thomé da Silva, com três léguas de terra da Serra da Pacatuba e no Jereraú, ato lavrado pelo Capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 27 de novembro de 1708.

O interesse já não se direcionava apenas para os chãos baixos, de plantar e criar. Passa a ter importância a verdejante montanha, rica de nascentes, cujas águas não param de correr para formar o rio Cocó, modesto curso d’água, certamente, mas bastante aproveitado, e por onde ainda hoje desce a corrente a saltos, ora deslizando, ora pulando sobre pedras, favorecendo o trânsito dos pitus em procura do mar, onde o teor salino dá-lhes o impulso necessário à reprodução genética.

A serra, ainda a vemos hoje, altaneira e bem cuidada – pois ao longo do tempo não sofreu os efeitos da civilização, tendo escapado da ocupação de lazer, o que se deu pelo começo do século XX, quando vigorou a moda da ereção de pequenos sítios (aconteceu na Serra de Maranguape), fazendo aí as terras menos desfrutadas para manejo agrícola.

A Aratanha, em Pacatuba, chegaria aos nossos dias com sua mesma fisionomia de ontem, a de antigos sobrados que vão diminuindo sob a erosão do tempo, e casario modesto em que vivem os seus moradores, guardiães da natureza perseverante com sua vestimenta secular.

Para explicar a trajetória da história de Pacatuba, Juvenal Galeno, em crônica mais conto que crônica, narra:

“Principio pela Aratanha, como mais velha”

E mais disse: “Até 1790 esta serra, - cujo nome talvez se originasse da abundância do camarão aratanha em seus rios, - pertenceu às terras devolutas, que se denominavam realengas, isto é, propriedade de El-rei nosso senhor”.

E aí explica seu modo: o capitão-mor Antônio de Castro Viana, “passando o governo ao efetivo, requereu como recompensa de serviços uma sesmaria em dita serra; e sendo (o pleito) deferido, veio no mesmo ano apossar-se, o que efetuou fazendo casa e roçado no lugar hoje conhecido por Limão”, onde agora aditamos nós, ainda se põe em pé pequena propriedade, encravado na Barra, perseverante com a mesma denominação.

Nesse contar aprende-se: o dito capitão-mor não se desentranhara das vantagens do poder, e por isso, ao morrer, acabou deixando enorme dívida de herança para quem desejava receber muito. A Fazenda real, a grande credora, logo seqüestrou todos os bens do falecido servidor, pondo sob sua guarda a casa na serra, plantios e até escravos, uns e outros alcançados pelas medidas fiscais e de cobrança.

Os bens, ora mencionados, foram a leilão sem que ninguém aparecesse para arrematar coisas e gente, aliás gente que eram também coisas, e nessa conta os escravos.

Diante disso, prossegue Juvenal Galeno, o governador da província mandou chamar o “tenente de ordenanças Albano da Costa dos Anjos – e pediu-lhe encarecidamente se apresentasse para arrematar a Aratanha”, o que de fato acabou acontecendo

A prosperidade do sítio sob o comando do tenente de ordenança foi de tal ordem que, anos adiante, já em 1823, precisava de caminho, até a Capital, para o escoamento da produção obtida.

Ele próprio mandou estabelecer a ligação com Fortaleza, o caminho novo que depois de muitos anos, já sem serventia, passou a se chamar “estrada velha”, marco de dias prósperos da região e de escoamento da safra do café.

Escreve Juvenal Galeno: Sonhava-se com a lavoura do café, que já se ensaiava no sul do império, e esse sonho especialmente preocupava a todos, principalmente os de Pacatuba, pois Domingos da Costa acabara de ver no sítio Macaípe (Serra de Baturité), cafeeiros em plena floração”, o que lhe deu vontade de inaugurar essa cultura em Pacatuba. Fez vir dali oito libras de sementes, com as quais, com tamanha persistência, conseguiu situar os primeiros pés de café no sítio Serrinha, na subida da serra.

Tencionando ir-se do Ceará para o Pará, o dito Domingos da Costa resolveu deixar para o irmão João os canteiros de café que fizera e os via crescerem prósperos, dando as mudas apropriadas anos depois, em 1826, para o plantio no “Boaçu , bem em cima da serra”, o que foi feito mais “como ensaio do que com a intenção firme de constituir um novo ramo de lavoura para si.”

Em 1839 o Sítio Boa Vista, que se media logo aos primeiros metros de subida da montanha chegando até o Boaçu, já produzia café de qualidade, circunstância que pedia a presença dos donos no local da lavoura em casa ainda hoje conhecida como o “sobrado dos Galenos”, residência da família Costa, local onde, anos depois, Gonçalves Dias ia ter a oportunidade de conhecer o jovem e promissor poeta Juvenal Galeno.

Mas o desenvolvimento da serra, tornando-se habitável e produtiva, passa por história a que não falta o terrível drama das longas estiagens...

O sol, de surpresa, em ano aziago enxugara as águas dos sertões, estimulando a descida de bandos flagelados em busca da capital. Essa gente desesperançada, mas trabalhadora, estacionando em Pacatuba, não demorou aproveitada em indispensável e valiosa mão-de-obra pela euforia dos que agricultavam a serra, confiantes na uberdade do solo.

Viviam-se os funestos dias de 1845. E quis o destino que muitos sertanejos ficassem morando para sempre na florescente vila, alavancando, como se diz por hoje, o progresso da lavoura nas

faldas da montanha, onde começavam a crescer e a frutificar com ênfase pomares e cafeeiros.

Narra Juvenal Galeno: “E como tivesse exercido a caridade, acolhendo os desgraçados em seu seio, Deus compensou-o (o povoado) desde logo, com a mais rápida prosperidade.”

Surgiram numerosas casas de tetos de palmeira pela serra; edificou-se a igreja (sem torre), no largo. E o comércio tomou corpo, cresceu, a prosperar.

Assim, Pacatuba virou sede de povoado.

Era 1848, na administração Fausto de Aguiar.

E em 1850, praticamente acontecera o milagre. Outra a cidade, mais aumentado o seu casario. “Imensas vantagens auferiam os lavradores d’Aratanha, nesse decênio, construindo os bonitos sobrados de seus sítios e algumas fortunas se criaram...”

Mesmo quando praga hostil acometeu, abatendo o grande impulso do plantio de café, a serra não se rendeu a esse imprevisto. E vieram então os dias em que o bom senso mandou abandonar a monocultura e adotar a cultura da cana, o aproveitamento da borracha das maniçobas, enquanto pelos planos, na parte baixa, prosperava o algodão.

Pacatuba alcançava, assim, merecido desenvolvimento.

Anotou Juvenal Galeno: “Cento e tantas casas de tijolo e cinco sobrados, afora os da montanha e casas de taipa dos arredores: - suas trinta lojas formando o quadro de seu animado mercado; - além das tabernas dispersas; - seus dois rios que deslizam à sombra de viçosos canaviais e coqueiros; - “(...)” a “Aratanha coberta de cafeeiros e pomares de variadas frutas, circulando graciosos edifícios; - ouvindo alegre o hino do trabalho no som de seis máquinas a vapor, que servem de motores à sua indústria ...”

Em 1859 Pacatuba, vem hora de proclamar, alcançava a maturidade. Em maio desse ano foi visitada pelo cientista Freire Alemão, ilustre integrante da Comissão Exploradora Científica.

Atendendo a convite de José Antônio da Costa e Silva e da esposa, Maria Teófilo, subiu a serra para visitar a propriedade do hospitaleiro casal.

Surpreso, ali deparou a intimidade da primeira casa da serra, inesperada vivenda assentada sobre rochas e que apesar de ignóbil

entrada (como confessou depois, lembrando-a), na realidade era um lar bastante acolhedor.

Em bem arrumado compartimento o visitante contemplou janelas envidraçadas, cadeiras de palhinhas, outras tantas de balanço, e “bofetes com mangas, e jarras, castiçais de cristais...e um piano.”

Por detrás da residência erguiam-se outros edifícios, dentre os quais uma casa, um armazém e alojamento destinado a escravos.

Desse ponto, a 250 metros aproximadamente de altitude acima do nível do mar, Freire Alemão entrou a percorrer o sítio, a ver mais em cima o açude construído entre elevações, no exato lugar onde se acha até os nossos dias, o Boaçu.

Na cercadura, encantaram-lhe a vista e ainda mais a curiosidade de pesquisador, os numerosos e belos ipês de flor amarela, uns tantos piroás altanados, e, num e noutro ponto, em porte vigoroso, altivas maçarandubas.

E também, foi vendo e anotando, abundantes, mais aqui ou mais adiante, jaqueiras pejadas de frutos, e abieiros, e pés de genipapo, e mais mamoeiros, e laranjeiras...

Anos depois, podemos precisar exatamente, pelo dia 9 de abril de 1866, grimpou igualmente a serra, em missão de estudos, o casal de sábios Luiz e Elizabeth Agassiz.

Animava o cientista famoso a idéia de descobrir na área visitada, na topografia acidentada da montanha, evidências do fenômeno glaciário...

Foi acolhido pelos pais de Juvenal Galeno, a demorar naquela casa branca da serra, bem tratado e bem servido; daí, em hora azada, acompanharia os seus hospedeiros a ver, como está descrito no livro “Viagens ao Brasil”, o “pôr do sol, escalando um rochedo colossal (a “Pedra da Saudade”) que estacou, não se sabe como, em sua descida pela vertente da montanha.”

De pé na rocha assim posta, quase por milagre, qual dono daqueles ares e da imensidão que lhe ia à frente, revelada em visão curiosa, pôde o cientista divisar ao longe, muito ao longe, as dunas da praia, e, mais para um lado, o sertão colorido pelo poder regenerador da estação das águas...

A cidade chega a 1873 com um bem elaborado código de posturas outorgado à população.

Desse modo previsto como se deviam levantar prédios, cuidar de ruas e logradouros, às vezes com exigências que nos chamam a atenção pela veemência da cobrança, como se vai ler explicitado no art. 20:

“Todos os moradores da vila e povoações são obrigados a varrer, no princípio de cada mês, as calçadas até o meio da rua, e os logistas e taverneiros do mercado público, semanalmente, nos dias de segunda-feira, os alpendres e frentes de seus estabelecimentos.”

O sentido de preservação ambiental já se manifestava em muitos artigos e parágrafos desse código ora referido, como se pode contemplar ao capítulo que manda cuidar da “salubridade das ruas e aguadas”.

Aí vedado o corte ou queima de árvores à margem das aguadas, assim como obrigados os proprietários de terra a “desobstruir e limpar os rios e levadas em suas propriedades, sempre que para isso tenham aviso do fiscal.”

O título 5, que disciplinava a “proteção à agricultura e indústria”, não permitia aos munícipes “cortar e queimar árvores frutíferas ou sombrias à margem das estradas”.

Sob a mesma salutar idéia, quem se animasse a situar roçados perto dos caminhos, deveria fazê-lo afastado pelo menos dois metros, e obrigados os donos dos ditos roçados a plantar, em toda a extensão da terra a ser ocupada, de seis em seis metros, cajueiros...

O poeta Manoel Albano Amora, a tornar-se cidadão honorário de Pacatuba, perante os representantes do legislativo da cidade, disse em sua oração de agradecimento:

“Pacatuba é um poema de beleza e civismo. A paisagem verdejante, com a montanha, onde vicejam os ipês-amarelos, e as suas fontes perenes de águas cristalinas, encanta a vista. A história invulgar, que lhe confere a dignidade de segundo município livre do antigo Império do Brasil, obtida no dia 2 de fevereiro de 1883, em sessão solene presidida pelo titular da localidade, o Barão de Aratamba, na presença do General Tibúrcio, herói da Pátria, e do conselheiro Liberato Barroso, estadista da monarquia, desperta admiração. Ao iniciar a sua vida pública, protegeu-a a deusa da liberdade, porque não foi erguido um pelourinho em lugar principal do povoado. Fulguram eternamente os primores e as glórias pacatubanas!”

Desse radioso dia testemunharia com exaltação cívica Gil Amora:

“Rompeu, sereno e límpido, o dia 2 de fevereiro.

É mais suave hoje o aroma das florestas; é mais doce a frescura das serras.

Pacatuba veste-se de galas. No seu solo alcatifado de veludo não pisam mais escravos!

Um povo, no dizer de Lincoln, não pode ser metade livre e metade escravo; ou todo livre ou todo escravo.

Deixai zumbir as vespas importunas, os fariseus da idéia democrática, que jamais desaparecerá da memória do povo cearense a data gloriosa de 2 de fevereiro!”

Pacatuba, vem hora de referir, fez-se vila a 8 de outubro de 1869, na administração do Governador Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, e elevou-se à condição de cidade, em 1889, conta Waldery Uchôa, anotando ainda que “canonicamente só foi constituída (...) “aos 31 de janeiro de 1870, tendo sido o primeiro vigário o padre Bernardino de Oliveira Memória.”

Pacatuba, cidade acolhedora, e de filhos que se projetaram nas letras, nas artes e na política do Ceará. Aqueles, de modo gracioso, em tom familiar mas poético, cantou-os (e os cantando louvou Pacatuba) o cronista João Jacques Ferreira Lopes:

“A cidade não mudou. Nem mudará jamais.

E é bom que não mude.

O cemitério lá em cima,

florido de cruces, epitáfios e cajus.

De um lado, o açude do Piripau,

cheio de piaus,

estremecendo todo, de cócegas líquidas,

ao beliscão barbeludo dos anzóis.

Tantos sítios! Tantas vivendas antigas!

Tantos Joões: Bernardo, Pinheiro, Galeno,

Medeiros, Augusto!

*Tantos Manuéis: Novais, Albano, Acióli, Barreto,
Pinheiro Campos, Nepomuceno!*

*Tantos outros: Casemiro Leite,
Cazuzinha do Carmo,
Mundinho Cavalcante, pai do poeta,
Artur Benevides, pai de outro poeta!*

*As farmácias do Silvinha e do Chaguinha
vendiam, dentro da rima, muita meizinha*

*E a gotabada do Coelho,
que minha madrinha Guimarães fabricava?
E as bananas secas do Siqueira,
douradas de sol, porejando açúcar?*

*Lá está de pé ainda, rangendo as terças de aroeira,
Portas e vidraças para o poente,
o sobrado da Marianinha, cheio de assombrações.*

*A capela do Carmo recorda as novenas cantadas
em julho, o mês de férias escolares.*

*E a essas alturas, já não posso ver mais nada.
Essas lentes de contato,
essas lágrimas não dão para mim.”*

Bibliografia consultada

- AGASSIZ, Luiz & Elizabeth Cary “Viagem ao Brasil” Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938, p. 547 ss,
ALENCAR, Álvaro Gurgel de – “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará”, Fortaleza: Tipografia Minerva, 1939, p. 29,30.

- ALEMÃO, Freire. "Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão". In "Anais da Biblioteca Nacional" Volume 1, p. 258 ss, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1981.
- UCHÔA, Waldery. "Terra que nunca mudou de nome". In "Pacatuba, Antologia do Centenário", p. 69, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.
- AMORA, Gil. "2 de Fevereiro". In "Pacatuba: Antologia do Centenário", p. 67, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.
- AMORA, Manoel Albano. "A Alma Pacatubana". In "Pacatuba: Antologia do Centenário", p.89, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.
- GALENO, Juvenal. "Dia de Feira". In "Pacatuba: Antologia do Centenário", p. 122 ss, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.
- JACQUES, João. "Poema do Centenário". In "Pacatuba: Antologia do Centenário", pp. 37,38, Imprensa Oficial, Fortaleza, 1969.

Data e sesmaria nº 3, in DATA DE SESMARIA, Tip. Eugênio Gadelha & Filho, Volume 1, p. 9, Fortaleza, 1920.

- Data de Sesmaria nº 11, idem, idem.

- Data de Sesmaria nº 339 in DATA DE SESMARIA. Volume 5 pp 175 ss, Tipografia Gadelha, Fortaleza, 1925.